

## CARTA DE MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY

Ninguém alcança sozinho o reconhecimento que este prêmio expressa. Minha família, meus mestres, meus colegas, meus alunos, todos construíram comigo o caminho da vida, do qual a vocação para ser professora e pesquisadora é parte preponderante. Seria impossível citar todas estas pessoas, a quem eu sou profundamente reconhecida. Mas, considero necessário registrar o quanto sou devedora, para minha formação, dos foruns de debate e de intercâmbio científico, dos quais participei até hoje.

Pertencço a uma comunidade acadêmica. No campo específico dos estudos rurais, aos quais me dediquei ao longo de minha carreira profissional, lembro, inicialmente, o “Grupo do Matinho”, da UNICAMP que, nos anos 1970 reunia pesquisadores multidisciplinares do mundo rural brasileiro e que foi para mim, a grande motivação para deixar um emprego público, àquela época muito bem pago, e aderir à vida acadêmica por metade do salário anterior. Tenho certeza que saí ganhando.

Em seguida, e por um longo tempo, a Associação PIPSA, da qual tive a honra de ser presidente por um mandato. A APIPSA, que durou de 1979 a 1993, constituiu, em nível nacional, um privilegiado espaço, também multidisciplinar, de exposição e debate sobre as questões que o mundo rural coloca para a sociedade, de forma a contribuir para a elaboração de um pensamento social capaz de explicar o lugar do “rural” e dos “rurais” na sociedade brasileira.

Posso afirmar que todos os trabalhos que tive a oportunidade de escrever, naquele período, passaram pelas discussões da APIPSA. Acredito que a maioria dos pesquisadores do “rural” dirá a mesma coisa.

Atualmente, a tradição da APIPPSA é retomada pela Rede de Estudos Rurais, que se beneficia dos novos recursos de comunicação que hoje dispomos, para colocar em

comum os esforços de pesquisa de cada um de nós e formar novos pesquisadores imbuídos deste mesmo espírito de cooperação e construção coletiva. Fui sua primeira presidente.

Para além da problemática específica do mundo rural, outros fóruns se constituíram para mim como um espaço de elaboração do pensamento mais global sobre a sociedade brasileira, da qual o mundo rural é parcela viva e significativa. Privilegio, neste momento, a ANPOCS - de cujo Grupo de Trabalho, então denominado “Estado e agricultura”, também fui coordenadora por um mandato - e os Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia, dos quais venho participando com frequência. Neles, encontro a possibilidade de aprofundar os conhecimentos, do campo disciplinar, pressuposto do diálogo interdisciplinar.

Defendo, inspirada no meu mestre o sociólogo francês Marcel Jollivet e apoiada na forte tradição acadêmica brasileira, que a sociologia rural é antes de tudo sociologia. É por isso que eu estou aqui. Porém, ao mesmo tempo, seu objeto exige um tratamento teórico próprio, de forma a explicar porque e como o meio rural permanece na sociedade como “um espaço singular e um ator coletivo”, o que faz da sociologia rural uma sociologia específica. É por isso também, creio eu, que estou aqui.

Os congressos da SBS são uma ocasião excepcional para cotejar e aproximar as dimensões específicas que atravessam nossos objetos sociológicos particulares. Sociologia do trabalho, da família, dos movimentos sociais, sociologia política... Como incluir, nestes campos, a experiência dos trinta milhões de brasileiros que vivem nas áreas rurais do nosso país? Se não podemos, nem desejamos explicar sozinhos o mundo rural é, também, impossível amputar a parte rural das preocupações dos estudiosos da realidade brasileira.

O interesse mútuo e as trocas se processam sem dificuldades, quando o estudioso das políticas sociais considera a situação específica da aposentadoria rural, ou quando o pesquisador do sindicalismo brasileiro se depara com as particularidades

do movimento sindical dos trabalhadores do campo ou ainda quando a reflexão sobre o mundo do trabalho incorpora o que se passa no interior da agricultura familiar. O mesmo pode ser dito da presença de acampamentos de reforma agrária em áreas urbanas, das transformações recentes da família, no campo como na cidade, das múltiplas expressões de identidades sociais, referidas aos lugares de vida e às experiências de luta, da vida cotidiana nos espaços rurais, das práticas religiosas etc.

Ouso afirmar que o campo próprio do trabalho do sociólogo, incluindo, naturalmente, os sociólogos do mundo rural, consiste, fundamentalmente, em conhecer para reconhecer.

Quem faz pesquisa de campo, em qualquer área, sabe como é às vezes difícil compreender o que nos é dito e, mais ainda, construir como que nos é dito, categorias de análise, que permitam a universalização do pensamento. Mas, é este o nosso trabalho.

Os processos sociais e seus resultados não são definidos antecipadamente. O pesquisador, no campo, não se depara com objetos de pesquisa, mas com sujeitos, que tem uma história, carregada de emoções. Estes contatos constroem também o meu caminho de vida. Muito aprendi com os interlocutores que encontrei em minhas pesquisas rurais. A eles devo também, não só a orientação de minha formação, mas o enriquecimento de minha experiência humana. Permito-me citar algumas passagens, tomadas ao sabor da memória.

Já esqueci o nome daquela senhora que conheci ainda nos anos 60, no interior do Maranhão, mas não esqueço sua reação. Eu havia chegado ao sítio dela num carro de uma instituição governamental. Antes de qualquer conversa, ela me falou: “se não der para melhorar minha situação, não faz mal, mas pelo amor de Deus, não a piore”. Sua compreensão do papel do Estado e das políticas públicas me deixou constrangida.

Lembro-me também da indignação de Manuel Gonçalves, do município de Panelas, primeiro presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco. Durante uma

assembléia de trabalhadores rurais para fundar o seu sindicato, recebeu um recado do senhor de engenho, com uma ordem para acabar com “aquela algazarra”. Algazarra, para os presentes, era algo bem distinto de uma reunião de trabalhadores, mais próximo a um encontro de prostitutas, o que ele explicou com todas as letras em sua resposta ao abusado senhor.

É preciso não duvidar quando Dona Terezinha, pequena agricultora do município de Leme, em São Paulo nos diz: “eu adoro carpir”. É verdade, ela adora carpir, trabalhar a terra. Quem disse que mulher rural não trabalha?

Como reagir diante daquele homem, de uns 50 anos, chorando, porque não conseguia realizar em seu lote de assentamento, o desejo de ter um galinheiro com 50 galinhas. Apenas isso: um galinheiro com 50 galinhas. Era um ponto de partida, para o qual ele se sentia preparado e motivado. Sentia-se um inovador. Mas não era autorizado; não recebera crédito; este não era o projeto prioritário do Incra, não havia assistência técnica, etc, etc. A frustração o levou às lágrimas. Quase não conseguia segurar as minhas. Quem escuta este camponês?

Ou aquele outro, no mesmo assentamento, que falou longamente sobre o seu medo, quando, ao receber o lote, se deu conta que estava sozinho e responsável, com sua família, para fazer frutificar a terra, da qual tiraria a sua subsistência. O que muitos chamam de “individualismo” do camponês é, frequentemente, um imperativo da necessidade.

Não é possível pensar os trabalhadores rurais apenas como força de trabalho e os camponeses apenas como precários agricultores. Esses homens e essas mulheres são produtores de cultura. Quem já viu um caboclo de lança, num maracatu de baque solto, na Zona da Mata de Pernambuco, sabe o quanto aquele canavieiro é capaz de expressar a beleza. A cultura camponesa, cantada nos versos dos repentistas, não é trabalho para qualquer um. “É preciso cultivar a métrica e o português”, como afirmou há muitos anos um deles, que cantava nos programas educativos do MEB.

Num Brasil predominantemente urbano, como entender a fala de um jovem de vinte anos, para quem (o campo) “é um lugar bom de viver e prefiro morar aqui do que na cidade”. Mais do que a afirmação de uma livre escolha, trata-se de uma demanda, para que os jovens rurais consigam aceder, a partir de seu lugar de moradia, aos bens e serviços que a sociedade brasileira tem a oferecer a todos seus cidadãos.

Penso naquele jovem agricultor francês, que em sua propriedade modernizada se definia como um camponês. “Isso gruda na pele”. E acrescentava: “Sou um camponês que infelizmente deve comportar-se como um empresário”.

Concluo com a percepção de Dona C3, do Assentamento Pitanga, sobre a nossa atividade profissional. Interrogada sobre como percebia o futuro de seus filhos, n3o hesitou em responder: “gostaria que eles ganhassem a vida como voc3s: s3 na saliva”.

N3o se engana, D. C3. Nosso of3cio se expressa, de fato, numa linguagem pr3pria, que resulta do aprendizado da escuta e da sistematiza33o do pensamento. Conhecer para reconhecer. A tenta33o 3 grande de parafrasear Gaston Bachelard e propor que, como o poeta, o soci3logo “faz da linguagem ... uma tomada de consci3ncia e um aumento de lucidez” . (G. Bachelard, Po3tica do Devaneio)